

DIFERENÇA NA COMUNIDADE DA DIFERENÇA

DIFFERENCE IN THE COMMUNITY OF DIFFERENCE

Antônio Sérgio Borba Cangiano¹

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v1i1.8>

Recebido em: 20.11.2022

Aceito em: 14.01.2023

Resumo: O conceito de Comunidade da Diferença é exposto por Miroslav Milovic no seu livro “Comunidade da Diferença”, sendo que a busca por pressupostos da modernidade que forjam a subjetividade, inseridos na ideologia capitalista, motivou Milovic (2004) a pensar diferente. Gilles Deleuze conceituou a diferença pura em seu livro “Diferença e Repetição”, de 2006 e Elizabeth Roudinesco, em seu livro “O Eu Soberano: Ensaio sobre as derivas identitárias”, de 2022, traz conceitos, questões identitárias e seus efeitos. Com base nos livros mencionados, este ensaio versa sobre os perigos das sociedades identitárias e fundamenta a necessidade de uma nova Filosofia da Diferença para o devir mundo possível da Comunidade da Diferença.

Palavras-chave: Diferença pura. Identidade. Relações intergrupais. Comunidades. Filosofia da diferença.

Abstract: The concept of Community of Difference is exposed by Miroslav Milovic in his book Community of Difference. Motivated by the search for assumptions of modernity that forge subjectivity, inserted in capitalist ideology, motivated Milovic (2004) to think differently. Gilles Deleuze conceptualized pure difference in his book “Difference and Repetition”, from 2006 and Elizabeth Roudinesco, in her book “O Eu Soberano: Ensaio sobre as derivas identitárias”, from 2022, brings concepts, identity issues and their effects. Based on the mentioned books, this essay deals with the dangers of identity societies and supports the need for a new Philosophy of Difference for the possible becoming world of the Community of Difference.

Keywords: Pure difference. Identity. Intergroup relations. Communities. Philosophy of difference.

Introdução

E a coisa mais divina que há no mundo é viver cada segundo como nunca mais.

(Trecho da música Tomara, Vinícius de Moraes).

Este artigo tem como tema a diferença e como ela pode mudar pensamentos e hábitos sociais, se compreendida nas relações do mundo contemporâneo em relação com um devir de uma nova Comunidade da Diferença. Neste estudo, mergulharemos no conceito de Comunidade da Diferença exposto no livro “Comunidade da Diferença” do Filósofo Miroslav

¹ Mestre em engenharia de software – redes de computadores, pelo IPT-USP e mestre em filosofia na UnB. Email: asergiocangiano@gmail.com



Milovic (2004).

O capitalismo tem se servido das semelhanças, numa abstração do conceito de diferença pura, para propagar sua ideologia em uma multiplicidade de tramas conservadoras com o intuito de efetivar a sujeição social que, ao final de processos alienantes e fetichistas, se consolida na exploração do sobre trabalho, na acumulação, no consumo e na forma injusta de distribuição das riquezas produzidas pelos trabalhadores.

É fácil constatar que buscamos semelhanças, que a identidade abstrata impera em nossas leis e comportamentos: somos todos iguais perante a lei, mas sou do grupo dos ricos, não sou miserável, sou cidadão, não sou marginal, sou branco, sou negro, sou mulher ou sou LGBTQIA+. Apesar de diferentes, e de apenas ser possível identificá-los pelas diferenças, esses grupos se constituem em grupos identitários geralmente segregados, divididos, possuem representações abstratas que tornam as diferenças semelhantes entre si, grupos identitários, porém opostos. Divididos, servem à dominação ideológica majoritária que se processa no padrão homem branco, macho, paternalista, proprietário e dominante sobre as minorias. O capitalismo apenas se apropria da diferença como produção do novo, de novos objetos de consumo, de novas tecnologias à disposição da produção e do mercado para ampliar a exploração do sobre trabalho, concretizando a circulação de novas mercadorias para acumulação. Esse conceito de semelhança, deturpado e apropriado pelo capitalismo, é usado pelos agenciamentos de poder para perpetuar a sujeição social ao “*modus operandi*” de exploração do trabalho e expropriação pública nos processos de acumulação do capital. A diferença abstrata (semelhança) é processada atualmente, como identidade, por exemplo: todos são iguais perante a lei, todos têm chances iguais na meritocracia, a democracia e o Estado de Direito dispõem direitos para todos e as constituições definem direitos iguais para todos. O capitalismo agencia que todos podem se tornarem capitalistas, todos são iguais perante o capital, porém a diferença é que uns possuem capital outros não.

A filosofia conceitua a diferença na modernidade com a mesma abstração da diferença, como semelhança, a tradição filosófica conceitua no foco deste ensaio as semelhanças subjetivas, dadas por uma substância divina igual para todos, ou dadas na subjetividade transcendente modelada igualmente por gerações de sujeitos, ou pela modelagem igualitária do espírito sobre o mundo percebido na história, ou ainda, pelas semelhantes contingências materiais constitutivas das classes proletárias e da burguesia. Esses pressupostos filosóficos que Milovic (2004), nos apresenta em seu livro, surgem na modernidade a partir de Descartes, prosseguindo com Kant, Hegel e Marx, dentre outros filósofos, que pensam não a diferença, mas o universal abstrato, como obra do sujeito, e representativo nas relações do sujeito com o objeto.

Em seus cursos e em seu livro “A Comunidade da Diferença” Milovic (2004) performa uma incansável busca dos pressupostos da modernidade que molda a subjetividade contemporânea. Em sua análise, Descartes (1637 apud MILOVIC, 2004) inicia a modernidade com grande impacto, largamente absorvido pelo social, consequência da apresentação do cogito “Penso logo existo” que, por sua vez, estabelece uma relação entre o sujeito que pensa o mundo a partir de suas livres capacidades de pensar. O cogito se constitui em um axioma dificilmente contrariado, por diversas razões, talvez porque difere os homens dos animais, pois esses não pensam e repetem instintivamente um mesmo comportamento para sobreviver.

Não obstante, o cogito abre relações individualistas a partir do “EU” que desaguam em opiniões individuais, insensatas, falsas, distantes de verdades do mundo até então válidas. Esse fenômeno torna-se a base que sustenta o direito de pensar o mundo a partir do insólito “EU”, fato que a singularidade do “EU” possui infinitas diferenças puras no seu devir que muda permanentemente, desde o passado até atualizar-se em um devir presente. Talvez Descartes tenha dado início à produção do idiota moderno, que vive suas opiniões independente dos outros diferentes. Do cogito até Kant, em sua crítica da razão, a relação entre sujeito e objeto, ainda sob a influência do livre pensar e existir descartiano, Kant apresenta o sujeito transcendente, aquele que “pensa” o mundo conforme as tradições, os valores do bem e do mal, ou seja, as visões atuais de mundo produzidas transcendentemente com as reminiscências do passado, com fundamentos filosóficos que, ao longo do tempo, moldam o presente. Portanto, predomina a relação hegemônica do sujeito com o objeto, o sujeito com os seus valores transcendentais define o objeto, sem levar em conta as diferenças puras. Surge posteriormente, na filosofia alemã, Hegel e sua crítica a Kant, com a fenomenologia do espírito, na qual o sujeito e o objeto têm uma relação hegemônica do espírito sobre o objeto e Hegel acrescenta o contexto histórico, para que essa relação se configure.

Milovic (2004) fala desses filósofos como falamos de nossos amigos nos bares, dada a sua formação, dedicação e experiência na clássica filosofia mundial. Coisa não tão fácil para qualquer filósofo contemporâneo, tampouco para seguir essa análise, neste curto artigo. A crítica de Hegel se relaciona à impotência da razão kantiana, fato que corrobora para que essa razão transcendente não tenha como se realizar no mundo. Tanto Kant quanto Hegel não relacionam em que ponto partem as faculdades da razão ou do espírito, não expõem os fatos da razão teórica e prática ou como se processa o pensamento em relação aos fatos atuais, no plano de imanência Hegel não explica a necessidade factual, territorializadas do desenvolvimento do espírito humano. O que decorre é que a subjetividade constitutiva moderna não tem a fundamental tematização e tende a eliminar as diferenças puras entre as diversas singularidades individuais. Mesmo o materialismo marxista, na abordagem econômica, difere apenas duas classes a proletária e a burguesa, dois grupos minoritários em que a classe proletária, na filosofia política marxista é o sujeito da revolução para outro mundo possível, contrária à ideologia burguesa dominante direcionada para a exploração e a acumulação.

Deleuze no seu livro “Diferença e Repetição” (2006) cria o conceito de “diferença pura” não subordinada à identidade, nem ao mesmo e nem à semelhança. Diferença pura relacionada à repetição, dado que a diferença é o que se pode verificar quando ocorre a repetição, pois se não houvesse diferenças, como conhecer que algo se repete? Seria impossível essa constatação e a repetição se configuraria como um simulacro, um buraco negro que repete o fenômeno igualitário infinitamente, sem deixar nada escapar, porque nada de diferente pode interferir na repetição. Intuitivamente, constatamos que não há nada igual, cada ser vivo tem suas diferenças, cada objeto, cada sujeito. A afirmação contrária só demonstra o absurdo de não possuímos a capacidade de distinguirmos um animal do outro, ou um sujeito de outro, ou um objeto de outro. Se repetimos um encontro com alguém conhecido notamos as diferenças nesse encontro repetido, a aparência do sujeito, o que ocorre com ele, como ele pensa atualmente, enfim notamos as diferenças nas repetições.

O problema que este artigo trata é exatamente colocar a “diferença pura” na Comunidade da Diferença, na obra de Milovic (2004). Para tanto, também é necessário que analisemos o problema sob a luz das identidades e de como elas são apropriadas em nosso cotidiano para a nossa sujeição social, assim como sua consequente submissão maquínica, por sua vez automatizada e agenciada pelos dispositivos capitalistas. Na primeira seção analisaremos a linha argumentativa da subjetividade moderna no livro “Comunidade da Diferença” escrito por Milovic (2004); na segunda seção analisaremos o conceito de “diferença pura”, criado por Deleuze (2006), e suas relações com a Comunidade da Diferença; na terceira seção contextualizaremos o problema da identidade na vida contemporânea. Com esta exposição pretendemos traçar algumas considerações sobre a diferença na Comunidade da Diferença, em oposição à sociedade dos grupos identitários e à sociedade ideológica capitalista nas quais estamos presos.

COMUNIDADE DA DIFERENÇA PARA MILOVIC, CRÍTICA A DESCARTES, KANT, HEGEL E MARX

A filosofia original de Miroslav Milovic foi criada desde que deixou a Iugoslávia, passando por muitas universidades pelo mundo, ora como imigrante, ora acolhido como professor. Sua rigorosa formação filosófica foi adquirida nos diversos países em que passou, aliada à sua experiência de vida. Sua trajetória foi rica em multiplicidades de acontecimentos significativos, em nível mundial, e culmina com sua permanência no Brasil, sua pátria adotiva e preferida, local onde produz o livro “Comunidade da Diferença”. A leitura do livro mostra a erudição do professor a qual pude testemunhar em suas aulas quando escrevia palavras no quadro e, a partir delas, falava com invejável desenvoltura, mencionando diversos filósofos relacionados ao tema. A exemplo, a palavra “sujeito” e suas relações com os “objetos nos filósofos clássicos”. Em seu livro Milovic (2004) analisa o sujeito e suas relações com o mundo a partir de Descartes, Kant, Hegel, Marx, Habermas, Apel, Maquiavel, Derrida, Levinas e Deleuze na construção da trama filosófica da modernidade e cria sua proposição do conceito de “Comunidade da Diferença”.

Neste presente artigo iremos nos concentrar nas argumentações pontuais de Miroslav Milovic sobre a diferença focando os seguintes filósofos: Descartes, Kant, Hegel, Marx e Deleuze, percorrendo a linha exposta por ele, em seu livro, e avançando não com Habermas, Apel, Derrida e Levinas, mas com Deleuze e sua criação de conceitos relacionados à “diferença pura”.

Podemos resumir a discussão, até agora, assim: a filosofia moderna começa com a afirmação da subjetividade, mas ao fazê-lo Descartes e Kant ainda permanecem na perspectiva do realismo, quer dizer, aceitam a diferença entre sujeito e objeto. Com a filosofia de Hegel já temos uma mudança importante, porque ele afirma a identidade entre sujeito e objeto, entre o geral e o particular. A história é o lugar em que acontece o processo da superação do particular e da afirmação do geral, processo este no qual o particular é dominado pelo geral. Trata-se da famosa astúcia da razão que se realiza na história. A história é portanto, a cena da dominação; de outro modo, a dominação se realiza na história. (MILOVIC, 2004, p. 20).

Retrocedendo ao nascimento da subjetividade moderna até Hegel e em uma síntese suficiente para este estudo, o cogito de Descartes inicia o conceito de subjetividade, de uma substância que pensa e logo decide que existe. Essa existência se processa a partir do sujeito

que pensa e tem a liberdade de pensar qualquer coisa sobre ele mesmo e sobre os objetos emitindo sua opinião. Kant avança com o conceito de transcendência operada pelo tempo, que molda a subjetividade do sujeito com valores gerais consolidados temporalmente, apreendidos pelas faculdades da razão, seguindo a filosofia clássica, desde as categorias Aristotélicas, dos universais clássicos, tendo a ciência como a melhor aproximação da verdade e a linguagem como representação abstrata do mundo. No entanto, essa subjetividade geral transcendente e imobilizada no sujeito carece dos efeitos de acontecimentos imanentes que revolucionam valores e ainda ignora as singularidades da trajetória do sujeito, ou melhor, do devir sujeito (MILOVIC, 2004).

Para Kant, o sujeito constitutivo possui a estrutura categorial que nos ajuda a pensar algo como geral e a incluir assim um determinado objeto do conhecimento numa classe dos objetos. Sem as categorias, ficaríamos só com as afecções que vêm do mundo, sem a possibilidade de generalizá-las. Nesse contexto, poderíamos mencionar as diferenças entre a Primeira e a Terceira Críticas de Kant ou as discussões entre objeto real e objeto estético, entre realidade e beleza. Um juízo é chamado estético porque seu predicado não coloca o objeto numa classe, mas se refere somente à particularidade do objeto. A beleza está nessa particularidade. Por tudo isso, as categorias da Primeira Crítica poderiam ser compreendidas como os predicados de um juízo que se referem a algo particular no mundo que, no nosso exemplo, ocupa o lugar do sujeito gramatical. As categorias são as condições da predicação. Esse é o papel do sujeito transcendental constitutivo no sentido kantiano. (MILOVIC, 2004, p. 21).

Contudo, Hegel muda esses conceitos. Ele introduz o espírito na história, e rompe com a subjetividade kantiana. Miroslav nos diz que “Hegel não aceita as condições transcendentais de nossa estrutura mental, as quais Kant não pode explicar. Por conseguinte, em lugar de começar com os fatos, Hegel começa com a mediação dos objetos pelo espiritual. Trata-se da famosa estrutura ser/nada/devir que Hegel articula na Lógica e na Fenomenologia.” (MILOVIC, 2004 p. 21).

Quando Hegel faz essa crítica a Kant, ele tem em mente a importância da imanência, com a diferença de que a imanência não é a deleuziana e sim a imanência mediada pelo espírito contextualizado na história.

Por isso, o sujeito hegeliano não é mais o sujeito transcendental, mas sim o sujeito especulativo. Ele agora determina seu desenvolvimento dentro do particular ou, em outras palavras, o sujeito hegeliano ocupa, desde o começo, o lugar do sujeito proposicional sendo a história tão somente o processo de identificação gradual entre o sujeito e o predicado. Finalmente, a história termina depois de ter cumprido esse papel da identidade. (MILOVIC, 2004, p. 22).

Nesse caso, Hegel se refere ao término da história com a revolução francesa. A fenomenologia do espírito coloca o sujeito como o demiurgo do mundo no tempo histórico e em uma visão idealista na qual Marx vai contestar esse sujeito, revertendo a lógica de que não é o espírito do sujeito no decorrer da história que interage e hegemoniza o mundo, mas a partir da constatação acerca das condições sociais de sua constituição, o materialismo histórico. Em outra linguagem Hegel nos diz, no idealismo, que a subjetividade é um processo “*top down*” (de cima para baixo), ou seja do espírito para o real histórico, e Marx o contraria dizendo que a subjetividade é um processo “*botton up*” (de baixo para cima), ou seja, são as condições imanentes

(as condições sociais de produção) que moldam a subjetividade.

Melhor dizendo, assim como Kant não explica os fatos da razão teórica e prática, Hegel não explica a necessidade do desenvolvimento do espírito, fazendo com que a subjetividade constitutiva moderna, que os dois pretendem articular, continue sem a necessária tematização. Daí resulta que a subjetividade moderna se configure como fato. Mas pensar o mundo como se fosse fato, sem refletir acerca das condições de sua constituição, significa, já para Marx, manter-se preso ao pensamento fetichista. Hegel, mesmo radicalizando o pensamento moderno, ainda não escapa desse fetichismo, apenas confirmando essa ideologia moderna que não tematiza os próprios pressupostos. Desse modo, a dominação e a ideologia tornam-se duas características básicas do pensamento hegeliano e da modernidade. (MILOVIC, 2004, p. 23).

Portanto, outras formas de conceituar o sujeito, também para Marx, não passam de fetichismo. O nascimento da subjetividade moderna, com esses pensadores, abre brechas para a hegemonização da ideologia burguesa e a confirma, resultando na ideologia moderna em que o mundo não é para os indivíduos, o mundo deixa de ser pensado pela linguagem da filosofia e do divino medieval e passa à linguagem da razão científica e da matemática, que fundamentam o utilitarismo e o calculismo, no capitalismo moderno².

Husserl critica enfaticamente essa reificação na qual a vida perdeu o papel constitutivo. Hoje a clonagem científica é só mais um exemplo da situação na qual a reprodução da vida é ligada à ciência e não mais à própria vida. [...] Com Descartes, o corpo já desaparece, nesse sentido, o filósofo é quase o inventor da internet. O mundo novo e virtual funciona sem os corpos. (MILOVIC, 2004, p. 23).

Marx critica a ideologia dominante, mas ainda assim, nega as diferentes singularidades dos sujeitos na crítica à economia capitalista. A crítica à ideologia burguesa é fundada nas classes sociais, em seus comportamentos igualitários, semelhantes e antagônicos entre si. É a semelhança e a igualdade de classes opositoras em que prevalece a hegemonia da classe burguesa para a apropriação do sobre trabalho e para a acumulação capitalista.

Parece que Marx segue o caminho da metafísica. O que ele procura fundamentar são os pressupostos do mundo burguês e de sua economia, os quais ficam, segundo ele sem tematização tanto na filosofia quanto na economia modernas, o que faz com que o mundo moderno permaneça baseado na ideologia. Usando a terminologia hegeliana, poderíamos dizer que, na ideologia, a verdade vale somente para o aspecto aparente do mundo, não para sua essência. (MILOVIC, 2004, p. 24).

A linha de argumentação e raciocínio de Milovic (2004) segue aprofundando Marx e traz outros autores como Habermas, de quem era um fantástico conhecedor, pelo fato de ter convivido com ele e ter traduzido sua obra para o sérvio, assim como outros filósofos que suportam os argumentos no seu livro como Apel, Heidegger, Hobbes, Rousseau, Derrida, Levinas e Wittgenstein, dentre outros, para mostrar que a filosofia tradicional clássica, mesmo na modernidade, permanece com a tradição imobilizada no conceito de sujeito abstrato. Sujeito da transcendência, do realismo, do idealismo alemão e do materialismo histórico, ideologizados ontologicamente por semelhança ou identidade e em suas relações com o mundo, consequência

² Milovic, assim como Deleuze, denuncia o mundo da sociedade de controle e as afecções virtuais das redes sociais sobre as subjetividades.

do tempo passado. Filosofia tradicional que não ousa tematizar os fatos e as múltiplas mudanças em cada singularidade individual, sem potência para sair da abstração para uma filosofia concreta da vida. Sem conceituar a multidão, as diferenças, em todos os níveis, sem analisar a intersubjetividade concreta gestada, submissa à ideologia filosófica política dominante e aos seus dispositivos de sujeição social. No início do capítulo “Diferença”, Milovic (2014, p. 71) logo avisa: “A temática deste ensaio centra-se na discussão sobre a necessidade de uma transformação da filosofia moderna”.

Infelizmente, a epidemia da COVID 19 retirou Miroslav Milovic de nossa convivência e uma análise dessa transformação da filosofia em uma nova não pôde evoluir mais em nossos estudos mas, seus artigos publicados contribuem para conhecer melhor o seu pensamento, fincado na imanência, na realidade cotidiana e na sua indignação com a dominação capitalista.

As nossas conversas situadas na filosofia deleuziana me motivaram a avançar com o conceito de Comunidade da Diferença e, agora solo, arrisco a tecer essas linhas associando a Comunidade da Diferença à filosofia de Deleuze e Guattari. Deleuze é o filósofo da diferença pura, das multiplicidades imanentes, rompe com a transcendência, com a história, relaciona novos conceitos de historicidade, imanência, acontecimentos, agenciamentos, devires, territorializações e desterritorializações, virtual e atual, e avança na filosofia com a psicanálise clínica, com o conceito de máquinas desejanças, e é considerado pós-estruturalista, critica o capitalismo sob influência dos movimentos de maio de 1968. Deleuze e Guattari conceituam o sujeito como produção e a contribuição psicanalítica da filosofia de Guattari conceitua o inconsciente não mais como teatro de representação, mas como produção efetiva. Para eles, o sujeito desejante está acoplado à máquinas desejanças sociais, acometido de sujeição social e submissão maquínica ordenada e controlada pela ideologia capitalista. No entanto, não consideram mais o sujeito como produto transcendental, mas conceituam o devir sujeito, cujo pensar se processa na imanência e nos afetos das externalidades, dos agenciamentos que moldam seu comportamento, que também podem escapar dos planos duros dos desejos capitalistas, ao criar linhas de fuga imanentes, subjetivas ou coletivas, intersubjetivas, novos fluxos coletivos desejanças.

FILOSOFIA DA DIFERENÇA

Deleuze conceitua a filosofia da diferença a partir de conceitos dos filósofos gregos como Heráclito, Epicuro, os Estoicos, dos filósofos como Hume, Leibniz, Duns Scotus, Espinosa, Bergson e Nietzsche, dentre outros. Sua filosofia recoloca a crítica ao simulacro platônico, a crítica ao “ser” estável de Parmênides, às categorias de Aristóteles, ao cogito de Descartes e Kant e à essência do bom senso histórico em Hegel, demonstrando as indeterminações do sujeito pensado na filosofia clássica.

O sujeito, para Deleuze (2006), é singular em um rizoma infinito de tramas diversas, diferentes múltiplas forças que se configuram em um “devir sujeito”, sempre em construção, nunca terminado e que se processam no plano de imanência do mundo. A univocidade intersubjetiva é analisada por ele a partir de Duns Scotus (1968 apud DELEUZE, 2006), conceito que relaciona uma univocidade do sujeito, uma certa semelhança de comportamentos, hábitos dos sujeitos diferentes em permanentes devires, em sua trajetória singular. A dimensão principal dessa

análise deleuziana encontra-se em seu livro “Diferença e Repetição” de 1968. Para este artigo não será possível tratar de toda a obra, no entanto, alguns recortes se fazem necessários para o desenvolvimento da diferença pura na “Comunidade da Diferença”, aqui em foco.

Tirar a diferença de seu estado de maldição parece ser, pois, a tarefa da Filosofia da Diferença. Não poderia a diferença tornar-se um organismo harmonioso e relacionar a determinação com outras determinações numa forma, isto é, no elemento coerente de uma representação orgânica? Como “razão”, o elemento da representação tem quatro aspectos principais: **a identidade** na forma do conceito *indeterminado*, **a analogia** da relação entre conceitos *determináveis* últimos, **a oposição** na relação das *determinações* no interior do conceito e **a semelhança** no objeto *determinado* no próprio conceito. Estas formas são como as quatro cabeças ou os quatro liames da mediação. Diz-se que a diferença é “mediatizada” na medida em que se chega a submetê-la à quádrupla raiz da identidade e da oposição, da analogia e da semelhança. A partir de uma primeira impressão (a diferença é o mal), propõe-se a salvar a diferença, representando-a e, para representá-la, relacioná-la às exigências (semelhanças) do conceito geral. (DELEUZE, 2006, p. 57, grifo do autor).

É necessário conhecer a filosofia da diferença para situar a “Comunidade da Diferença”, contrapor os efeitos da diferença pura contra a apropriação ideológica capitalista da diferença pela semelhança e contrapor a abstração representativa da linguagem que pasteuriza as diferenças. A semelhança, ou identidade da diferença, torna a diferença pura negativa, ou subversiva, homogeneizando a sua semiótica de diferença concreta na ideologia burguesa.

Queremos mostrar que o resultado das ideologias capitalistas contemporâneas bloqueia o sujeito criativo e restringem o livre pensar, o pensar fora das codificações transcendentais ou do espírito, reificando a semelhança genérica indeterminada. Essa, aplicada igualmente e indeterminadamente com um pressuposto do “bom senso” espiritual, histórico (Igualdade, Fraternidade e Solidariedade – Revolução Francesa) e moral, que molda o sujeito pelo passado negando as diferenças em sua trajetória vital e em sua potência de pensar criativamente em sua existência, ou seja, diferentemente da univocidade subjetiva produzida pela sujeição social transcendental capitalista.

O que a filosofia da diferença recusa: *omnis determinatio negativo* ... Recusa a alternativa geral da representação infinita: ou o *indeterminado*, o *indiferente*, o *indiferenciado*, ou então uma diferença já determinada como negação, implicando e envolvendo o negativo (assim recusa também a alternativa particular: negativo de limitação ou negativo de oposição). Em sua essência, a diferença é objeto de afirmação, ela própria é afirmação. Em sua essência, a diferença é objeto de afirmação é ela própria diferença. (DELEUZE, 2006, p. 89, grifo do autor).

Para eles, só é possível perceber a repetição pela diferença, só é possível perceber o outro pelas diferenças que têm dos demais, só é possível perceber um espaço de outro pelas diferenças entre eles, só é possível perceber o tempo passar pelas diferenças entre um momento e outro. Só é possível reconhecer alguém pelas suas diferenças apreendidas e as novas diferenças que apresenta atualmente, só é possível perceber que envelhecemos pelas diferenças corporais, diferenças de pensamentos, diferenças do que já vivemos e que estamos vivendo.

A vida é movimento diferenciado, o sangue é movimento pulsado pelo coração ele próprio puro movimento, as células do nosso corpo nascem e morrem a todo momento, tudo

se movimentam no mundo imanente, as infinitas forças que agem na natureza produzem notáveis mudanças, a terra se move em seu eixo e ao redor do sol. Porém, desejamos a estabilidade ideológica e imóvel que a ideologia burguesa promete e não entrega.

Em termos bastante genéricos, dizemos que há duas maneiras de invocar as “destruições necessárias”: **a do poeta**, que fala em nome de uma potência criadora, apta a subverter todas as ordens e todas as representações, para afirmar a Diferença no estado de revolução permanente do eterno retorno; e, **do político**, que se preocupa, antes de tudo, em negar o que “difere” para conservar e prolongar uma ordem estabelecida na história ou para estabelecer uma ordem histórica que já existe no mundo, as formas de sua representação (DELEUZE, 2006, p. 89, grifo do autor).

Incluo o Direito e toda área jurídica com a mesma função do político, de manter a legislação cristalizada, transcendente, sem exercer a livre potência do direito de se atualizar em conformidade com as aspirações legítimas do social. O que salva o Direito é a jurisprudência que, de acordo com Deleuze em sua obra “Pourparlers” (1972-1990 apud DELEUZE 2006), é a jurisprudência a filosofia do Direito, fato que é ela que atualiza o Direito na imanência, no devir direito.

A diferença é subversiva, a atualização dela rompe com a normalidade da semelhança. Em oposição à semelhança, se aceitamos as diferenças, rompemos com os bloqueios identitários, rompemos com os preconceitos que fomentam ódios em relação aos diferentes, rompemos com as hierarquias raciais e os padrões majoritários como homem branco, heterossexual, proprietário e patriarcal, ao conhecer a filosofia da diferença e ao aplicá-la o mundo se transforma em todos os níveis a partir da imanência, da curiosidade, da motivação para conhecer as diferenças, diferenças que podem estar agregadas em um todo, e não a igualdade fragmentária entre grupos e subgrupos.

Com respeito à diferença não há lugar para misoginia, homofobia, racismo e fascismo. Com ela destruímos o totalitarismo da ideologia ao adotar a diversidade, pois a diferença inverte a ideologia dominante pela curiosidade sobre o diferente ao apreender o desconhecido pelas diferenças perceptíveis. Cada face um universo, cada externalidade um novo motivo para pensar, cada ponto fora da curva uma nova curiosidade para trocar de chapéu e colocar-se em outro, em outras potências afetivas, em outros momentos de reconhecimento e novos movimentos. O conceito de democracia no Estado de Direito tem forte relação com a “Comunidade da Diferença”, o direito imanente e a jurisprudência, por exemplo, devem estar permanentemente em disputas livres no exercício da política, em confrontação com o direito transcendental no movimento de conquista de novos direitos. Trata-se de confrontar o político que luta para conservar e não para criar, da mesma forma, a permanência de agentes, sacerdotes burocráticos cristalizados no vazio abstrato das leis, no Estado e na filosofia abstrata que não tematiza o sujeito no seu devir no mundo, na sua potência criativa diversificada pela diferença e para uma nova sociedade solidária em que esse contexto só possível em uma Comunidade da Diferença.

A AÇÃO DA IDENTIDADE E OS GRUPOS IDENTITÁRIOS

Encontrei no livro “O Eu Soberano: Ensaio sobre as derivas identitárias”, de 2022, de Elisabeth Roudinesco, historiadora e psicanalista, que se debruçou sobre o problema identitário em nosso tempo. Sua obra é uma análise dos movimentos identitários no mundo, principalmente

na Europa (França) e Estados Unidos. Ela inclui na sua análise religião, racismo, colonialismo e pós colonialismo, os movimentos *queer*, LGBTQAI+, feminismo, patriarcalismo, islamismo, fascismo e outros grupos identitários mostrando como esses movimentos estão se movendo no sentido de um devir totalitário, movimentos facilmente cooptados pela extrema direita mundial. Atualmente, a extrema direita tem presença no mundo todo e em alguns países tem se fortalecido, em virtude dos grupos identitários que combatem os diferentes e se fundamentam no seu ódio deles.

Não é difícil descobrir que qualquer comunidade humana que se organiza identitariamente pode se tornar preconceituosa contra tudo que seja diferente dos valores igualitários de seu grupo. E não são só esses os efeitos negativos, mas grupos identitários criam hierarquias como raça branca supremacista, raça negra submissa, homem dominante, mulher serviente, senhores e escravos, cidadãos e refugiados, ricos e miseráveis, cidadãos e marginais. Esses grupos, de uma forma ou outra, produzem os fenômenos de xenofobia, misoginia, homofobia, fascismo, movimentos totalizadores, segregadores e fragmentadores do social aumentando negativamente o caosmos contemporâneo.

A identidade tornou-se, no século 21, o reduto das frustrações sociais, em todos os níveis. A sujeição social à ideologia burguesa, afirmada pelo neoliberalismo no incentivo à competição, ao individualismo, à negação do outro, estranho competidor, oponente aos desejos de realização individual, submete os indivíduos aos grupos identitários que lutam pela semelhança predicativa do grupo, contra tudo e todos, criando barreiras, hierarquias e preconceitos semeando o fascismo em grupos, sem se dar conta de que a luta é geral e envolve a todos sem distinção, porque todos estão presos à ideologia capitalista global.

As reivindicações hoje são, portanto, o inverso do que foram durante um século. Luta-se menos pelo progresso cujas conquistas, às vezes, são até rejeitadas. As pessoas exibem seus sofrimentos, denunciam suas ofensas, dão livre curso a seus afetos como marcadores identitários que exprimem um desejo de visibilidade, seja para afirmar sua indignação, seja para serem reconhecidas (ROUDINESCO, 2022, p. 9).

Os grupos de negacionistas, enquanto rejeitam a ciência e inclusive as evidências como o movimento da lua e os eclipses, ou seja, afirmam que a terra não é redonda e, irracionalmente, contra evidências, persistem em grupos identitários afirmando que a Terra é plana. O mais grave dessa fragmentação social é a possibilidade desse processo desaguar em movimentos totalitários fundamentados no ódio pelos diferentes.

A cultura da identidade tende a introduzir os procedimentos do pensamento nas experiências da vida subjetiva, social ou sexual. E, nessa perspectiva, todo comportamento torna-se identitário: as maneiras de comer, de fazer amor, de dormir, de dirigir um carro. Cada neurose, cada particularidade, cada roupa que se usa remete a uma designação identitária segundo o princípio geral do conflito entre si mesmo e os outros (ROUDINESCO, 2022, p. 23).

A supremacia do “EU” exclusivo que se identifica com determinado grupo perde a sua potência de pensar ao ser afetado por externalidades na sua vida e a tendência é isolar-se no grupo no qual se identifica, ou seja, grupos negacionistas com negacionistas, vegetarianos com vegetarianos, veganos com veganos, LGBTQAI+ com todos os subgrupos identitários entre eles mesmos (gays, lésbicas, *queers*, transsexuais, transgêneros, travestis, bissexuais etc.), grupos

autofágicos, negros com negros, mulheres com mulheres, sem que seja possível arredar-se de valores identitários para pensar os outros diferentes que, diga-se de passagem, seguramente vivem os mesmos problemas no capitalismo.

Gosto da metáfora de que a subjetividade, a criação, a potência de pensar são como afluentes que correm para o rio social. Os grupos identitários são rios fragmentados socialmente, rios de margens altas pois, uma vez que o afluente entra no rio, não há mais saída. Existe um investimento pessoal para entrar no rio, muitos valores do passado devem ser deixados à margem, outros devem ser investidos e incorporados, não importa o tamanho da irracionalidade ou da negação. Uma vez no rio identitário, não há outra coisa a fazer senão segui-lo, sem conseguir sair da correnteza e das altas margens igualitárias.

Apenas pela filosofia, ciência e arte, como formularam Deleuze e Guattari, não é possível pensar o caosmos em que nos encontramos no século 21, é fundamental que mergulhemos em nosso absoluto, pensar o que está acontecendo em nosso interior e para onde, qual devir mundo, o presente está nos levando. E constatar que quanto mais fragmentados e isolados em grupos identitários, mais difícil e talvez impossível seja desviar os rumos do desastre planetário, da ação antropocêntrica na natureza, da exaustão dos recursos naturais. Ao persistir as lutas identitárias entre ricos (capitalistas, *mass médias*, classe médias) e pobres, dos impactos ambientais (ecologistas x individualistas, capitalistas), as dificuldades estão ampliadas para combater o aumento da iniquidade e da fome do planeta. Há de se pensar a vida não a partir dos predicados particulares dos grupos dos quais estamos incluídos, mas a partir das diferenças que existem a contar com o aprofundamento das diferentes singularidades, dos múltiplos e diferentes “EUs”, resultado de nossa singular trajetória, não mais Eu e sim E, E ,E, E ... que pode agregar as diferenças puras, ou seja: sou isso, isso, isso e mais isso, estou isso e estou nisso, posso tornar-me naquilo, portanto, há a somatória relacional de tudo que vivo de diferentes na minha imanência.

Isso significa sair da pequenez identitária e elevar as dimensões de pensar às diferenças biológicas, sociais, econômicas, legais e as psíquicas enquanto partes do problema global e dos indivíduos. Talvez, com essas diferentes dimensões, possamos descobrir que só em comunidades de respeito às diferenças seremos capazes de constatar que os problemas não são de grupos, mas de todos e todas: homens, mulheres, animais, flora, mar, ar, água ou, enfim, de dimensões planetária.

Estamos submetidos no mundo pelo capitalismo, *marketing* e *matching* digital, sendo esses formadores dos conceitos identitários de hoje: moldam nossos comportamentos, o consumo consolida as identidades luxuosas, ou inovadoras, “*mass mídia*”, modos de vida categorizados em classes, subclasses e marginais em um cotidiano segregado pelas identidades consumistas e comportamentais, desconhecidas ou odiadas entre si. A psiquiatria que, modernamente, parece uma tábua de salvação do indivíduo tornou-se parte do problema e envolve-se em um simulacro de tentar mudar comportamentos individuais por outros comportamentos como a almejada “cura” das angústias, tédios, cansaços e doenças produzidas pelo capitalismo contemporâneo. Ou seja, apagar fogo com gasolina.

Em outras palavras. Em vez de definir o sujeito humano segundo uma tríplice abordagem – social, biológica, psíquica – , a nova psiquiatria só considerava um componente, o comportamento, ou melhor, a “diferença comportamental” erigida em um sistema e extensível ao infinito: sai a unidade subjetiva, entram as

variações identitárias, segundo cada comportamento (ROUDINESCO, 2022, p. 43, grifo da autora).

É imprescindível que evitemos o ódio entre nós e a maneira de evitá-lo é admitir, obviamente, que as diferenças devem ser respeitadas, apreendidas, cada um é um universo singular a ser conhecido e apto a conhecer, um hospedeiro que mostra suas diferenças e singularidades para um hóspede desconhecido que, mutuamente, tem muito a aprender um com outro. O resultado é que teremos que nos solidarizar em torno de problemas comuns, independente de predicados identitários, livres para assumir as diferenças, aprofundar o conhecimento de si, do outro e do mundo, conhecer pelas diferenças, não pelo vazio identitário e por consequentes falsas representações.

Nunca será demais repetir que o mundo maravilhoso da felicidade identitária parece um pesadelo. Por fim – e como seria de esperar –, as manifestações do feminismo identitário confirmam que hoje, por todo lado, as mulheres lésbicas mais radicalizadas denunciam os homens *gays*, considerados tão culpados de dominação masculina quanto os “machos dominantes heterossexuais”. Consequentemente elas reivindicam um separatismo no qual os homens seriam, *enquanto homens*, excluídos da comunidade humana (ROUDINESCO, 2022, p. 65, grifo da autora).

Em nossa atualidade, a linguagem na qualidade de representação, composta de conteúdo e expressão tem criado novos termos identitários para designar movimentos de mudanças identitárias. Novos termos como: transidentidade, transhumano, transgêneros, heteronormativos, cisgênero (antônimo de transgênico), generificado, transsexual, *queer*, intersexuais, heteronormalidade etc. demonstram, sem entrarmos a fundo as lutas identitárias internas e externas aos grupos. Não obstante, e sem explicitar esses termos, Roudinesco (2022) situa muito bem, em seu livro, estar óbvio que cada predicação associada a cada termo é uma trincheira de luta identitária em oposição aos diferentes.

Quando vemos filmes de ficção, fantásticos com seus efeitos especiais, como por exemplo “Crônicas de Shannara” que faz sucesso há anos, vemos desfilar na tela diversos grupos identitários: elfos, gnomos, duendes, druidas, fadas, humanos, nômades, bruxas e magos, todos com seus padrões estéticos, suas identidades, porém em guerra entre si ou em acordos tácitos. Isso demonstra que: ou se tem um grupo hierarquicamente mais forte, hegemônico, que domina a todos (no nosso caso a burguesia capitalista), ou se tecem acordos tácitos, geralmente temporários, para uma luta imaginária contra demônios ou contra os subgrupos identitários, sendo impossível se solidarizarem devido às diferenças culturais e estéticas dos poderes e valores identitários, e por ai vai. Geralmente, o filme se desenrola em cenários de destruição de civilizações passadas, justamente devido a guerras entre os diferentes, movidos identitariamente.

É fantástico como a ideologia capitalista coloca a identidade e a semelhança como felicidade almejada e que esse é o único caminho no qual é possível haver uma estabilidade social, pasteurizada, falsa, só encontrada nas raízes identitárias de grupos, sejam eles ricos, “*mass mídias*”, famílias tradicionais, grupos ou subgrupos sexuais, miseráveis, marginais e até criminosos que possuem uma moral própria, incluindo dívidas de sangue. Mais fantástico ainda é como essa ideologia consegue transformar, consegue regredir as lutas identitárias por direitos, direitos esses predicativos em doutrinas regressivas, com consequências terríveis de ódios pelos

diferentes, ou seja, ideologias conservadoras transcendentais.

Ao final desse capítulo (A galáxia do gênero), já é possível perceber como uma concepção realmente inovadora dos estudos sobre a sexualidade – distinguindo-se gênero e sexo – foi, dentro de algumas décadas, transformada em seu contrário e deu início a um movimento de regressão normalizadora. Tudo começa com a invenção de novos conceitos, em seguida, com a criação de um vocabulário adequado. Uma vez solidamente estabelecidos, os conceitos e as palavras transformam-se num catecismo que, no momento desejado, acaba por justificar passagens ao ato ou intervenções na realidade. Assim, passa-se, sem perceber, da civilização à barbárie, do trágico ao cômico, da inteligência à tolice, da vida ao nada e de uma crítica legítima das normalidades sociais à recondução de um sistema totalizante (ROUDINESCO, 2022, p. 69).

Temos observado o crescimento da extrema direita internacional e a polarização antagônica com as esquerdas, os movimentos identitários que sofrem com as relações sociais capitalistas e ficam doentes física e psicanaliticamente, alimentados pelas redes sociais e pelas frustrações desejantes que culminam por engrossar o fascismo e a extrema direita com sua pauta de ódio aos diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Triste é saber que ninguém

Pode viver de ilusão

Que nunca vai ser, nunca vai dar

O sonhador tem que acordar

(Trecho da música Triste, de Antonio Carlos Jobim e Elis Regina).

Seguimos a linha de argumentação do livro “Comunidade da Diferença”, legado de Miroslav Milovic, que buscou os pressupostos da modernidade e que, para tanto, visitou filósofos considerados pilares da filosofia clássica, filósofos que transformaram o mundo e se mantêm estudados até hoje, promotores de novos pensamentos críticos, em novas perspectivas e que o autor nos contempla. É no final de seu livro que Miro nos surpreende com o conceito de Comunidade da Diferença. Renegou os pressupostos subjetivos transcendentais, espirituais e fetichistas para fundamentar que a filosofia precisa mudar para uma filosofia concreta, uma filosofia da vida, uma filosofia política, a filosofia da diferença que Deleuze e Guattari proporcionam.

Na segunda sessão, Deleuze e sua filosofia da diferença nos proporcionam uma visão aprofundada da diferença pura, imanente e real que observamos todos os dias em nossas vidas. Relacionamos o conceito de diferença pura deleuziana ao conceito de comunidade da diferença esboçada por Milovic. Este artigo dá início à uma fundamentação possível da comunidade da diferença. Muito há que se pensar e muito há que se mudar para tornar o devir mundo diferente. Todavia, pensar a comunidade da diferença exige conhecer os pressupostos da subjetividade moderna e mudá-los para pressupostos diferentes, fundados na tematização do mundo, na imanência, nas multiplicidades existentes que forjam as diferenças, porém ligadas, conectadas

ao todo, ao planeta.

Na terceira sessão, tratamos sobre a identidade e os grupos identitários, circunscrevendo o problema das ações identitárias e a apropriação delas pela extrema direita. Para tanto, Elizabeth Roudinesco é chamada a nos brindar com seu livro atual sobre as identidades, em todos os níveis da vida, e seus resultados funestos em que a visão de mundo identitária está submetida.

Nos resta argumentar sobre o papel da diferença pura na comunidade da diferença para encerrar este breve ensaio. O assunto das diferenças em nossa vida apresenta-se muito complexo, muito delicado, de difícil conhecimento. A profundidade dos pressupostos filosóficos mostrada por Miroslav Milovic é difícil para qualquer filósofo contemporâneo que ouse pensar junto e, mais difícil ainda, encarar desafios de criar conceitos na comunidade da diferença.

É necessário voltar aos pressupostos da modernidade, assumidos filosoficamente, e argumentar profundamente para superá-los. Não é fácil quando se tem barreiras aos pensamentos de filósofos gigantes da filosofia clássica, generalizadamente, aceitos abstratamente no mundo moderno.

A filosofia de filósofos tidos como rebeldes como Derrida, Levinas, Deleuze e Guattari, caracterizados como pós-estruturalistas, que combatem a transcendência, a abstração clássica, as determinações lineares, divinas e filosóficas que falseiam a imanência, talvez sejam eles que abram caminhos para que a filosofia da diferença possa prosperar.

Milovic, assim como Deleuze, combateram a igualdade representativa e a subjetividade forjada na transcendência, trocando-as por outra forjada na vida, na filosofia política das diferenças, gestada na imanência e não por sujeitos iluminados, ou que se constituam como sacerdotes filosóficos ou sacerdotes burocratas a serviço do Estado capitalista dominante.

Construir a Comunidade da Diferença é um processo que começa em cada um de nós para as exterioridades do mundo em que vivemos. Sempre que observarmos as diferenças do próximo e de nós mesmos, sejam quais forem: biológicas, sociais, psíquicas, econômicas, estéticas, políticas etc. que isso seja motivo para nos abriremos ao diferente e exercer nossa potência de pensar, tão degradada atualmente por estar submissa à identidade e semelhança. Todavia, quaisquer que sejam essas diferenças, que elas sejam motivadoras de nossa curiosidade, que agreguem nosso conhecimento imanente, que nos permitam vibrar nos corpóreos fluxos moleculares condizentes com nossos desejos, realizados em interações possíveis na potência de se pensar e criar o novo e o solidário. A comunidade da diferença surge para aumentar as forças de transformação do social, abrindo possibilidades de um devir diferente no mundo. Este ensaio preliminar tece tramas que precisam estar melhor fundamentadas, não queremos que nesse espaço-tempo se possa pensar que esse tema está suficientemente analisado, nos contentamos em poder junto com Miro alinhar uma motivação para um devir da comunidade da diferença. A generosidade de Miro, ao receber os diferentes, ao respeitá-los, é prova suficiente que a comunidade da diferença é possível, que as relações entre diferentes são duradouras, baseadas na amizade e na solidariedade.

Referências

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. São Paulo: Graal, 2006. 437 p.

MILOVIC, M. **Comunidade da Diferença**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2004. 142 p.

ROUDINESCO, E. **O Eu Soberano**: Ensaio sobre as derivas identitárias. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. 304 p.